

A questão da água nas Relações Internacionais: fonte de sede e riqueza

Eduardo Ferreira de Oliveira & Orliano Trindade da Cunha¹

Apresentação

Este texto é fruto de um trabalho que realizamos no R.I. em Foco, seminário apresentado na disciplina de História das Relações Internacionais, ministrada pelo professor Sidney Leite, onde fomos incumbidos de apresentar um tema internacional que nos chamasse a atenção e despertasse o interesse dos colegas, buscando a sua compreensão, causas, conseqüências e, quiçá, possíveis soluções.

Esperamos que sua leitura sirva para aproximar o tema daqueles que se interessam pelas Relações Internacionais e sirva ainda de ponto de partida para um estudo mais aprofundado.

Introdução

Há cerca de milhões de anos, a raça humana surgiu na África. Lentamente desenvolveu sua capacidade criativa para superar os desafios naturais que dificultavam sua sobrevivência. Atualmente, somos cerca de 6,2 bilhões de indivíduos e apesar de todas as dificuldades, a cada ano aumenta a população mundial em torno de 80 milhões.

Entretanto, progressivamente, esse aumento populacional está gerando graves problemas que dificultam a manutenção da vida em nosso planeta. Sem dúvida a força da vida, com sua capacidade adaptativa, continuará evoluindo em outras formas, alterando-se e adaptando-se. E os seres humanos? Como iremos manter nossa espécie se as fontes vitais que garantem nossa sobrevivência estão se extinguindo?

O solo de onde tiramos grande parte de nossos alimentos está cada vez mais degradado. As florestas que mantêm o equilíbrio dos ciclos naturais e da biodiversidade estão sendo largamente destruídas. A maioria dos cientistas do mundo concordam que os seres humanos são os principais responsáveis pelo aumento da temperatura na terra, que entre outros perigos, eleva o nível dos mares ameaçando as populações costeiras. E o que dizer do ar que respiramos, que está cada vez mais poluído?

Ao falarmos de nossa sobrevivência não podemos focar nossas ações simplesmente em um problema, pois como a natureza busca a harmonia, é preciso que todas as variáveis que garantem a nossa vida estejam disponíveis.

No entanto, existe uma fonte vital que vem sendo seriamente ameaçada: a água. Por ser uma das premissas que origina e mantém a vida, não podemos deixar esta questão para ser discutida quando a situação de perigo que vem sendo estabelecida atingir um patamar irreversível. Não é por acaso que todas estas questões ambientais já foram

¹ Acadêmicos do 3º semestre de Relações Internacionais e membros do conselho editorial de Data Venia.

incluídas na agenda internacional dos chefes de governo e de Estado, embora os avanços tenham sido tímidos.

O ano de 2003 é considerado pela Unesco como o Ano Internacional da Água Doce, tornando-se um marco desta preocupação universal. As discussões iniciaram-se assim pelos impasses em como encarar a água, como um produto ou como um bem comum. Estas preocupações partem da escassez da água própria para o nosso consumo, visto que do total de água disponível na terra, apenas 2,5% é doce. Sendo que deste percentual 69% está congelado nas geleiras, 30% está situado nas reservas subterrâneas, 0,3% é a proporção de água renovável e os 0,9% restantes encontram-se dispersos sob outras formas. Assim sendo, cerca de 1% é a quantidade de água disponível para o nosso consumo direto e renovável.

Desta forma chegamos ao nosso desafio, pois ao terminar este dia, cerca de 9,3 mil pessoas terão morrido em todo o mundo por falta de água potável ou de saneamento básico, que gera doenças como diarreia, cólera, esquistossomose e outras. Sendo a carência de água potável a razão pela morte de tantas pessoas, não é difícil perceber que ela é fonte de poder devido ao seu significativo valor estratégico para a manutenção da vida.

Mas como os seres humanos estão utilizando a água? Até um certo período considerávamos as fontes de água potável como infinitas e não nos preocupávamos em evitar desperdícios. Atualmente, somente nos períodos de seca e estiagem em que os serviços de abastecimentos de água são racionados nós conseguimos perceber a gravidade do problema.

Ao analisarmos o consumo de água por setores, detectamos que a agricultura é responsável pela utilização de 70% da distribuição de água no Brasil, sendo que a maioria dos 3 milhões de hectares de terra em nosso país são irrigados pelos métodos mais antigos e de grande desperdício. As cidades, por sua vez, consomem 20% da produção de água potável, mas as companhias de distribuição perdem de 40% à 60% da água tratada em suas precárias redes de esgotos, quando elas existem, pois, segundo o IGBE, 58,4% dos distritos do país não coletam esgoto. As indústrias, que utilizam os 10% restantes, também não ficam atrás no desperdício, pois a maioria não possui um sistema próprio de tratamento da água, o que geraria redução de custos e diminuiria a poluição ambiental.

Por isso, não adianta que os responsáveis por esse setor lancem campanhas publicitárias de conscientização para o uso racional da água, enquanto as redes de distribuição continuam perdendo grande parte de sua produção. Assim sendo, é preciso que, antes de mais nada, pesados investimentos governamentais em infra-estrutura sejam feitos e concomitantemente se ensine os cidadãos a racionar e dar o devido valor a cada gota de água que está ficando cada vez mais rara e dispendiosa.

Água: recurso finito e escasso

Estudos realizados por diversas organizações internacionais (1) revelam que as reservas de água doce do planeta podem se esgotar em até 50 anos. Um estudo da ONU revela que 2,7 bilhões de pessoas estarão sem acesso à água até o ano de 2025, se o consumo prosseguir nas condições atuais.

Atualmente, estima-se (2) que 2,5 bilhões de pessoas não dispõem de saneamento básico, o que leva à morte mais de 5 milhões de pessoas no mundo anualmente por doenças relacionadas à falta de saneamento e tratamento das redes de distribuição de água.

Desperdício e deficiente infra-estrutura: o caso brasileiro

Quando se fala em desperdício de água, qual a primeira imagem que vem a cabeça?

Vejamos pois como isso ocorre na realidade. A distribuição da água no Brasil é a seguinte (3):

70% é utilizada pela agricultura;

20 % é utilizada pelas cidades;

10 % é utilizada pela indústria.

Agricultura (4):

Dos 3 milhões de hectares de terra que são irrigados no Brasil, 93% deles usam os métodos de irrigação mais atrasados do mundo. O método mais utilizado (espalhamento superficial) leva a uma perda de 60%.

O método mais eficiente (o gotejamento) pode reduzir essa perda a 5%.

Cidades:

As companhias de água perdem (5) de 40% a 60% da água tratada colocada na rede de distribuição e 58,4% dos distritos do país não coletam esgoto (6).

Indústrias:

Não há, no Brasil, redes públicas de tratamento de água destinadas a permitir que a água utilizada no processo de produção seja oriunda não das reservas de água potável, mas da reutilização da água tratada, reduzindo assim o consumo e tratando a água, afim de reduzir a poluição ambiental.

As poucas empresas que têm sistemas próprios de tratamento da água o fazem a partir da lógica de redução de custos, sem preocupações ambientais.

A batalha pela água na política internacional

Entre os dias 16 e 23 de março de 2003 foi realizado no Japão o 3º Fórum Mundial da Água, financiado pelo Banco Mundial, para discutir uma estratégia internacional para a questão. Naquele Fórum estiveram presentes mais de 10 mil pessoas, representando mais de 160 países, e conforme editorial do jornal O Estado de São Paulo (26 de março) “foi um fiasco: não produziu as esperadas diretrizes para resolver o grave problema da escassez e má distribuição da água no mundo”.

A explicação para tal resultado está nas soluções apresentadas para resolver o problema. De um lado, Banco Mundial, FMI e ONU com o apoio de organismos de fomento, apresentaram um relatório defendendo como solução a ativa participação do setor privado internacional na gestão dos recursos hídricos e a estipulação de um preço para a água. Michael Candessus, ex-presidente do FMI, em relatório encomendado pela ONU, sugeriu “ampla descentralização para que os municípios possam negociar empréstimos internacionais sem a autorização ou interveniência dos governos centrais”

No mesmo período, várias ONG's, ambientalistas e diversos movimentos sociais – defensores de que a falta de recursos só será resolvida com mais envolvimento do Estado e criação de condições de infra-estrutura que, junto com a conscientização da população e a imposição de normas de utilização, permitam a distribuição dos recursos hídricos para todos – realizaram atividades paralelas em todo o mundo para debater a situação e apresentar alternativas à solução defendida pelos organismos internacionais “oficiais”.

A água no campo de batalha

Mas essa polêmica não está restrita aos fóruns de debate. Em diversas partes do mundo centenas de conflitos estão acontecendo e têm a água como epicentro. De acordo com os dados da ONU, nos últimos 50 anos mais de 507 situações de tensão motivadas pela escassez ou controle da água foram registradas em todo mundo. Vejamos dois exemplos:

- 1) Em meio ao conflito Israel-Palestina, a luta pelo estabelecimento das fronteiras territoriais incluem uma acirrada disputa pela água. Israel apropriou-se de boa parte da água da Cisjordânia. Para explorar a própria água, palestinos precisam de autorização de Israel e seus poços devem obedecer um limite estabelecido pelo governo israelense. Israelitas não sofrem nenhuma restrição.
- 2) Na Bolívia, o governo fez um acordo com o FMI para privatizar o controle dos sistemas de água (através da Lei 2029) e colocou-o nas mãos da transnacional Bechtel. Tal medida era condição para que o país conseguisse renegociar sua dívida externa com os organismos internacionais. A mercantilização da água gerou uma enorme revolta na população, que organizou um levante popular que culminou em uma greve geral que revogou a Lei 2029 e reconquistou o controle da água pelo Estado (7).

Notas:

1. Revista Galileu, nº 140, março de 2003.
2. Revista National Geographic, ano 3, nº 29, setembro de 2002.
3. In: ANA (Agência Nacional de Águas do Brasil)
4. Segundo o geólogo Aldo da Cunha Rebouças, in: Revista Galileu, nº 140, março de 2003.
5. Idem.
6. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE.
7. In: Jornal Brasil de Fato; várias edições.

Conclusões

Apresentamos a seguir três argumentos conclusivos para o debate:

- 1) A realidade que se impõe revela que não se pode mais tratar o problema da água como irrelevante e que este deve ser objeto de análise do curso de Relações Internacionais. Muitos movimentos, debates e acordos estão tratando deste que já é e será um problema crucial no cenário internacional do porvir.
- 2) A transformação da água em mercadoria e o controle de gestão por parte de empresas transnacionais é um equívoco. Primeiro, porque a água é um bem comum e vital à humanidade e a sua transformação em mercadoria leva necessariamente a uma situação de controle de riquezas e, em última instância, da vida de uma parcela infinita de habitantes do planeta. Conforme denunciado por ONG's e outros movimentos sociais, se

a água for controlada pelas “forças do mercado”, cujo objetivo é comercial, não haverá nenhum compromisso de que a água chegue às regiões mais pobres do planeta.

3) Apesar de concordarmos com a necessária conscientização da população sobre a utilização racional da água, não cremos que este seja o problema mais importante, ou seja, não se resolve o problema só com essa medida.

É necessário um investimento maciço dos governos em instalações às atividades humanas, que permitam a melhoria das condições de coleta, distribuição de tratamento da água; saneamento básico e acesso universal à água potável; infra-estrutura para a indústria e agricultura utilizarem os recursos hídricos racionalmente, etc.

Mas e os gastos? Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde) para cada US\$ 1,00 investido em saneamento, US\$ 4,5 são economizados em despesas com saúde pública. Portanto, o debate de política pública não pode ser reduzido a orçamento; tem de estar pautado por prioridades.